

Balancos

PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.018	2.017	2.018		2.017	
ATIVO CIRCULANTE				Fluxo de caixa das atividades operacionais		Déficit do exercício (287.504) (4.260.330)	
Caixa e equivalentes de caixas	5	9.088.846	8.503.655	Ajustado por:		Depreciação e amortização 64.078 35.820	
Contas de receber	6	9.583.283	4.459.551	Provisão para contingência 16.765 -		Déficit do exercício ajustado (206.661) (4.224.510)	
Estoque	7	3.694.771	2.786.174	Variações nos ativos e passivos		Contas de receber (5.123.732) 2.957.260	
Adiantamento a fornecedores		33.622	34.103	Estoque (908.597) 129.643		Adiantamento a fornecedores 481 144.406	
Despesas antecipadas		327.053	285.824	Despesas antecipadas (41.229) (285.824)		Outros ativos circulante (45.949) (88.047)	
Outros ativos circulante		319.116	273.167	Fornecedores 474.439 (1.951.296)		Honorários médicos 143.329 1.494.820	
		23.046.691	16.342.474	Obrigações sociais e trabalhistas (196.418) 2.256.655		Obrigações fiscais (27.004) 82.076	
NÃO CIRCULANTE				Estoques de terceiros (3.000) (482)		Receita diferida 111.222 (109.152)	
Realizável em longo prazo				Outros passivos circulante (24.972) 58.621		Provisão para descontinuidade 1.153.633 648.882	
Partes relacionadas	8	164.736	-	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais (4.694.458) 1.113.052		Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Imobilizado	9	1.900.069	408.513	Aquisição de ativo imobilizado e intangível (1.555.634) (278.998)		Subvenções a realizar 1.491.556 243.178	
Subvenções a realizar	9	(1.900.069)	(408.513)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (64.078) (35.820)		Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
		164.736	-	Emprestimos efetuados a partes relacionadas 5.343.727 3.394.802		Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 5.343.727 3.394.802	
TOTAL DO ATIVO		23.211.427	16.342.474	Aumento do caixa e equivalentes de caixa 585.191 4.472.034		Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
Passivo e patrimônio líquido negativo				No início do período 8.503.655 4.031.621		No fim do período 9.088.846 8.503.655	
CIRCULANTE				Aumento do caixa e equivalentes de caixa 585.191 4.472.034		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	
Fornecedores	10	2.851.850	2.377.411	Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo		Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais	
Honorários médicos	11	3.810.308	3.666.979	Patrimônio social (negativo) 615.017 (530.415) 699.619		Déficits dos exercícios (530.415) 530.415 -	
Obrigações sociais e trabalhistas	12	5.660.861	5.857.279	EM 1º/01/2.017		Déficit do exercício - (4.260.330) (4.260.330)	
Obrigações fiscais		221.462	248.466	EM 31/12/2.017		Transferência 84.602 (4.260.330) (3.560.711)	
Partes relacionadas	8	9.464.617	3.956.154	Transferência		(4.260.330) 4.260.330 -	
Estoques de terceiros	13	2.363.542	2.366.542	Déficit do exercício		(287.504) (287.504) (287.504)	
Receita diferida		120.404	9.182	EM 31/12/2.018		(4.175.728) (287.504) (3.848.215)	
Outros passivos circulante		117.848	142.820	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
		24.610.892	18.624.833				
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para descontinuidade	14	2.431.985	1.278.352				
Provisão para contingências	15	16.765	-				
		2.448.750	1.278.352				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO							
Patrimônio social (negativo)		(3.560.711)	699.619				
Déficit do exercício		(287.504)	(4.260.330)				
		(3.848.215)	(3.560.711)				
TOTAL DO PASSIVO		23.211.427	16.342.474				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Demonstração do resultado				Demonstração do resultado abrangente			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Nota	2.018	2.017		2.018	2.017	
RECEITAS OPERACIONAIS				DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(287.504)	(4.260.330)	
Receitas com subvenções - custeio	16	124.345.799	115.125.395	Outros resultados abrangentes		RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO (287.504) (4.260.330)	
Receitas com subvenções - investimento	9b	64.078	35.820	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Receitas Financeiras		155.096	106.099				
Receitas com serviços voluntários		142	15.382				
Demais receitas		14.197	15.382				
TOTAL DAS RECEITAS		124.579.312	115.282.696				
DESPESAS OPERACIONAIS							
Despesas com pessoal	17	(37.861.558)	(34.372.448)				
Custos corporativos compartilhados	18	(5.508.463)	(6.675.963)				
Serviços de terceiros	19	(50.326.680)	(48.947.455)				
Drogas, medicamentos e materiais	20	(26.247.616)	(24.244.671)				
		(119.944.317)	(114.240.537)				
Despesas gerais e administrativas	21	(4.890.615)	(5.274.221)				
Despesas com provisão para contingência	15	(16.765)	-				
Despesas financeiras		(14.977)	(28.268)				
Despesa com serviços voluntários		(142)	-				
		(4.922.499)	(5.302.489)				
TOTAL DAS DESPESAS		(124.866.816)	(119.543.026)				
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(287.504)	(4.260.330)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017 - Cifras apresentadas em reais							
1. CONTEXTO OPERACIONAL							
a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração própria-							
mente dita, a Entidades congêneras ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital Estadual de Urgência e Emergência - Vitória/ES: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 18 de dezembro de 2.015, celebrou com a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA), contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Estadual de Urgência e Emergência com vigência de 05 (Cinco) anos. c) Plano de ação - Equilíbrio receitas e despesas: No exercício 2.018 e de 2.017, a unidade apurou déficits contábeis que levou a Entidade a apresentar capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. A Administração da Entidade buscará medidas para repactuar o contrato de gestão no sentido de manter o equilíbrio entre as despesas e receitas da unidade hospitalar.							
2. BASE DE PREPARAÇÃO							
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 18 de Abril de 2.019. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. • Nota 9 - Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível; • Nota 14 - Provisão para descontinuidade; • Nota 15 - Provisão para contingências.							

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

3. "OPERAÇÃO S.O.S" E SEUS REFLEXOS

Em agosto de 2.018, a Pró-Saúde tomou conhecimento, através da imprensa, que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Estadual de Urgência e Emergência - Vitória/ES, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 52 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional, vêm sendo adotados a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência: • Em 2.017, a associação deu início ao Programa de Integridade Anticorrupção; • Em 2.018, desenvolveu o programa de governança corporativa, e ao longo do ano, foram instituídas normas de transparência e reorganizados todos os seus processos internos. O mais recente passo está em curso: todos os 16 mil colaboradores da associação estão recebendo treinamento nas novas regras institucionais; • No mesmo ano, reestruturou sua diretoria, criou o departamento de controladoria, lançou o Código de Ética e de Conduta Institucional, com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; • Também em 2.018, lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado

ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2.018	2.017
Fundo Fixo	2.000	2.000
Banco (a)	9.086.846	8.501.655
	9.088.846	8.503.655

(a) Corresponde aos valores depositados em contas correntes no Banco Banestes.

6. CONTAS A RECEBER

Descrição	2.018	2.017
Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo	9.583.283	4.459.551
	9.583.283	4.459.551

Subsequente ao encerramento do exercício social, e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras pela administração o saldo foi integralmente recebido.

7. ESTOQUES

Descrição	2.018	2.017
Dietas enterais e parenterais	202.368	182.979
Fios cirúrgicos	50.020	61.988
Materiais de limpeza e lavanderia	132.944	103.391
Materiais hospitalares	1.425.863	1.070.603
Materiais de expediente e impressos	152.550	128.626
Medicamentos	1.233.619	866.422
Materiais de manutenção	137.392	144.392
Uniformes e enxovais	103.582	105.171
Ortese e prótese	144.485	23.688
Demais materiais	111.948	98.914
	3.694.771	2.786.174

8. PARTES RELACIONADAS

Descrição	2.018	2.017
Ativo circulante		
Empréstimo - Sede Administrativa (a)	164.736	-
	164.736	-

Passivo circulante

Custo corporativo compartilhado - Sede Administrativa (b)	9.464.617	3.956.154
	9.464.617	3.956.154

(a) - **Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimo financeiro efetuado Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. (b) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

9. IMOBILIZADO E SUBVENÇÕES A REALIZAR

a) Composição

Itens	2.018			2.017	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	320.770	(8.407)	312.363		1.395
Instrumentos Médicos Hospitalares	79.500	(1.987)	77.513		-
Máquinas e equipamentos	785.117	(59.127)	725.990		249.828
Móveis e utensílios	271.264	(34.813)	236.451		151.773
Adiantamento a fornecedor	547.752	-	547.752		5.517
Total imobilizado	2.004.403	(104.334)	1.900.069		408.513
(-) Subvenções a realizar *	(1.900.069)		(1.900.069)		(408.513)
Total Subvenções a realizar	(1.900.069)		(1.900.069)		(408.513)

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento e monta em 2018 a R\$ 64.078 (2017 R\$ 35.820), mediante ao valor correspondente a depreciação do bem. **b) Movimentação:**

Itens	Saldo em 31/12/17				Saldo em 31/12/18
	Saldo em 31/12/17	Adições	Baixas	Realizações	
Equipamentos de informática	1.970	318.800			320.770
Instr. Médicos. hospitalares	-	79.500			79.500
Máquinas e equipamentos	275.620	540.908	(31.410)		785.118
Móveis e utensílios	165.665	105.599			271.264
Adiantamento a fornecedor	5.517	1.325.473	(783.237)		547.753
(-) Depreciação	(40.258)	(64.078)			(104.336)
Total imobilizado	408.513	2.306.202	(814.647)		1.900.069
(-) Subvenções a realizar	(408.513)	(1.555.633)		64.078	(1.900.069)
Total subvenções	(408.513)	(1.555.633)		64.078	(1.900.069)
Imobilizado líquido	-	750.569	(814.647)	64.078	-

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

c) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação praticadas são:		18. CUSTOS CORPORATIVOS COMPARTILHADOS	
Descrição	Taxa ao ano	Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar	
Equipamentos de informática	20,0%		
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%		
Móveis e utensílios	10,0%		
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%		
10. FORNECEDORES		19. SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Descrição	2.018	2.017	2.018
Materiais e medicamentos	1.598.992	1.335.729	(7.068.039)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	1.252.858	1.041.682	(42.373.025)
	2.851.850	2.377.411	(885.616)
			(50.326.680)
			(48.947.455)
11. HONORÁRIOS MÉDICOS		20. DROGAS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS	
Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações:			
Descrição	2.018	2.017	2.018
Honorários médicos pessoa jurídica	3.810.308	3.666.979	(7.115.279)
	3.810.308	3.666.979	(1.280.815)
			(2.737.964)
			(6.114.582)
			(350.234)
			(5.555.210)
			(835.481)
			(198.597)
			(538.748)
			(547.072)
			(427.726)
			(197.426)
			(348.482)
			(26.247.616)
			(24.244.671)
12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
Descrição	2.018	2.017	2.018
Salários e ordenados (a)	1.798.094	2.626.025	(64.078)
FGTS (a)	268.290	241.597	(361.065)
INSS (a)	205.925	196.916	(71.338)
Provisão de Férias e encargos	3.380.143	2.790.627	(652.922)
Outras	8.409	2.114	(2.100.294)
	5.660.861	5.857.279	(2.990)
			(581.075)
			(779.646)
			(277.207)
			(4.890.615)
			(5.274.221)
13. ESTOQUE DE TERCEIROS		22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
A Pró-Saúde, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Estadual de Urgência e Emergência, unidade pública que já estava em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes a época, auferidos mediante inventário físico. Assim, o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, e em contrapartida reconhecendo esses montantes como obrigação perante o Governo do Estado do Espírito Santo, observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão.			
Descrição	2.018	2.017	2.018
Estoques de terceiros	2.363.542	2.366.542	
	2.363.542	2.366.542	
14. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO		23. INSS COTA PATRONAL	
Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:			
Descrição	2.018	2.017	2.018
Saldo inicial	1.278.352	629.470	
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)	1.286.456	725.543	
Baixas por rescisões / transferências	(132.823)	(76.661)	
Saldo final	2.431.985	1.278.352	
15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS		24. RISCO DE LIQUIDEZ	
A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são realizadas, acompanhadas e gerenciadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, a partir de São Paulo, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:			
Descrição	2.018	2.017	2.018
Trabalhistas	16.765		
	16.765		
16. RECEITAS COM SUBVENÇÕES - CUSTEIO		25. ATIVOS	
As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria de Saúde do Espírito Santo. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.018 montam a R\$ 124.345.799 (Em 2017 - R\$ 115.125.395).			
17. DESPESAS COM PESSOAL		26. PASSIVOS	
Descrição	2.018	2.017	2.018
Salários e ordenados	(20.655.123)	(19.109.091)	
Horas extras e adicionais	(1.703.639)	(2.279.100)	
Décimo terceiro salário	(2.373.179)	(2.038.835)	
Férias	(3.150.376)	(2.026.312)	
Adicional Noturno	(1.024.911)	(934.804)	
Assistência Médica/Odontológicas	(1.999.422)	(1.529.219)	
Cesta Básica / Refeição	(1.134.248)	(1.061.952)	
Vale transporte	(198.286)	(165.207)	
Insalubridade	(1.580.477)	(1.466.855)	
FGTS	(2.511.845)	(2.180.721)	
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.286.456)	(725.543)	
Contribuição Patronal ao INSS	(8.527.202)	(7.300.437)	
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	8.527.202	7.300.437	
PIS	(277.521)	(205.428)	
(-) Isenção do PIS	277.521	143.463	
Outras despesas com pessoal	(243.596)	(192.844)	
	(37.861.558)	(34.372.448)	
			18.836.865
			12.963.206
			16.126.775
			10.000.544
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.			

**PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL ESTADUAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - VITÓRIA/ES**

CNPJ/MF nº 24.232.886/0169-18

requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.018 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 – Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **24. IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual de Urgência e Emergência – Vitória/ES, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A partir de maio de 2017 a Entidade passou a não recolher o PIS sobre Folha de Pagamento, baseada na Solução de Consulta COSIT nº 173/2017 de 13/03/2017, considerando que no item 15, b) a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) vinculou seu entendimento conforme previsto na Nota PGFN/CASTF/Nº 637/2014 de 29/05/2014,

onde reafirma a Imunidade ao PIS sobre Folha de Pagamento às entidades beneficentes de assistência social (que atendam aos requisitos da lei), de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal Federal. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.018	2.017
Contribuição para o financiamento da seguridade social	3.737.375	3.458.481
Contribuição patronal ao INSS	8.527.202	7.300.437
PIS sobre a folha de pagamento	277.521	143.463
	12.542.098	10.902.381

25. PACIENTES ATENDIDOS

A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Composição:

Dom Eurico dos Santos Veloso	Miguel Paulo Duarte Neto
Presidente	Diretor Corporativo Administrativo Financeiro
Paulo Vanderlei S. dos Santos	Adriana Moraes Macagnan
Diretor Hospitalar	Diretor Adm. Financeiro do Hospital
Geralda Sérvola dos Santos	David Martins Ferreira
Contadora	Contador Geral
CRC: MG – 064246/O-1 T-ES	CRC: ISP 195.413/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual de Urgência e Emergência – Vitória/ES. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual de Urgência e Emergência – Vitória/ES (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A unidade, no exercício de 2.018 apurou déficit contábil, fato que tornou o capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto ao Governo do Estado do Espírito Santo para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase – Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Estadual de Urgência e Emergência – Vitória/ES; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Vitória, 18 de abril de 2.019. **LM AUDITORES ASSOCIADOS – CRC 2SP018.611/O-8. Maurício Diácoli – CRC 1SP129.562/O-5 "S" – ES.**